

A emulação do discurso de um político negro na imprensa carioca no início do século XX

The discourse's emulation of the black politician in the Rio de Janeiro press the beginning of the 20th century

DOI 10.20396/lil.v26i52.8673064

Carolina Dantas
FIOCRUZ

Jonathan Moura
FIOCRUZ

Resumo

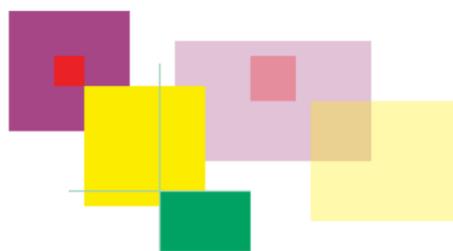
Este trabalho analisa um conjunto de documentos históricos sobre o advogado e político negro Monteiro Lopes publicado em periódicos no Rio de Janeiro no início do século XX. A partir do que foi abordado sobre o Monteiro Lopes na imprensa, buscamos compreender como marcadores raciais referidos a um sujeito negro letrado funcionaram no discurso da imprensa no período pós-abolição. Como suporte teórico-metodológico, utilizamos as perspectivas da Análise de Discurso Materialista a partir dos conceitos de Formação Discursiva e Silêncio, além da História Social para dimensionar a historicidade do discurso elaborado. A conclusão a que este trabalho chega é a de que, em meio a um processo de disputa pela produção de sentidos, alguns importantes veículos da imprensa carioca buscaram deslegitimar o lugar de poder que Monteiro Lopes havia conquistado.

Palavras-chave: Marcadores Raciais, Imprensa Carioca, Protagonismo Negro.

Abstract

This work analyzes a set of historical documents about the black lawyer and politician Monteiro Lopes published in periodicals in Rio de Janeiro in the beginning of the 20th century. From what was discussed about Monteiro Lopes in the press, we seek to understand how racial markers referred to a literate black subject functioned in the press discourse in the post-abolition period. As a theoretical-methodological support, we used the perspectives of Materialist Discourse Analysis from the concepts of Discursive Formation and Silence, in addition to Social History to measure the historicity of the elaborated discourse. The conclusion reached by this work is that, in the midst of a process of dispute over the production of meanings, some important vehicles of the Rio de Janeiro press sought to delegitimize the place of power that Monteiro Lopes had conquered.

Keywords: Racial Markers, Carioca Press, Black Protagonism.

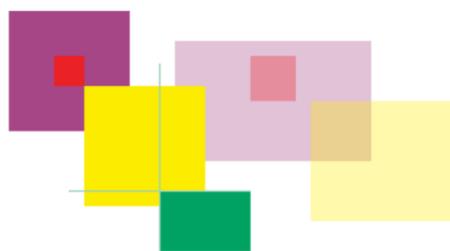


Introdução

Monteiro Lopes nasceu livre em Pernambuco em 1867. Filho de africanos, se formou na Faculdade de Direito do Recife. Fez carreira como advogado e político na Cidade do Rio - então Capital Federal -, onde faleceu em 1910. Embora ainda pouco conhecido fora do campo de estudos históricos do Pós-abolição no Brasil¹, se transformou em uma importante liderança política entre os trabalhadores e intelectuais negros. Foi abolicionista e republicano atuante. Dizia ser socialista, não revolucionário, defensor dos trabalhadores e um crítico das oligarquias. Era membro de várias associações compostas por negros, como a Sociedade União dos Homens de Cor e a Irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedito. Manteve contato e fortaleceu uma rede de associações e lideranças negras formadas por trabalhadores e profissionais liberais no Rio em outras cidades do país. Também manteve conexões com trabalhadores e ativistas negros no exterior (DANTAS, 2018), como, por exemplo, com Booker T. Washington (TBR, 11/03/1909, p. 478), ex-escravizado e educador afamado internacionalmente (GLEDHILL, 2020).

Monteiro Lopes integrava uma constelação diversa de homens negros letrados que conquistou projeção pública entre o final do século XIX e início do século XX no Brasil, a partir da atuação no Movimento Abolicionista, pelo cumprimento dos direitos civis e ampliação de direitos políticos e sociais – via imprensa, tribunas e comícios, associativismo e, em menor escala, no parlamento. Nos referimos a José do Patrocínio, Ferreira de Menezes, Luiz Gama, Vicente de Souza, Rodolpho Xavier, Hemetério dos Santos, Israel Soares, Honório Menelik, entre outros. Em vários momentos, esses sujeitos constituíram laços e alianças, compartilharam reflexões sobre como racismo impactava suas vidas, a população negra e o país (SILVA, 2017; SILVA, 2018; PINTO, 2018 e 2019; DOMINGUES, 2019; ABREU e

¹ Ver, por exemplo, GT Emancipações e Pós-abolição no Brasil, disponível em <https://anpuh.org.br/index.php/quem-somos/grupos-de-trabalho/atividades/item/300-gt-emancipacoes-e-pos-abolicao> e o Projeto Personagens do Pós-abolição, disponível em <https://personagensdoposabolicao.uff.br/sobre/> Acesso em: 23 jun. 2023.



DANTAS, 2020; MELO, 2022), gestos que apontam para importantes diálogos afro-diaspóricos em defesa da liberdade e da igualdade (BUTLER e DOMINGUES, 2021).

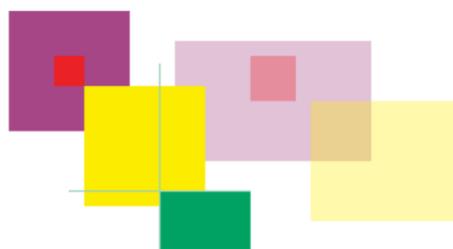
Ainda que parte de uma constelação, Monteiro Lopes tinha suas particularidades, dentre elas, a de ter sido primeiro deputado federal negro da I República a atuar com base em uma pauta racializada. Portanto, mesmo diante da forte exclusão política da maioria afrodescendente, no Rio, Monteiro Lopes disputou cinco eleições. Foi eleito e diplomado em duas para vereador, em 1904 e 1907 e, em 1909, foi eleito deputado federal, mas ameaçado de “degola”², isto é, de não assumir o mandato. Na época, circulou nos meios políticos e na imprensa que - por iniciativa do Presidente Affonso Pena e do seu Ministro das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco - Monteiro Lopes não seria empossado em função de sua cor, pois ter um negro como ele na câmara federal envergonharia o país. Além disso, o Governo precisaria de um político alinhado aos seus interesses nessa vaga para aprovar o orçamento federal. Monteiro Lopes tomou posse após uma intensa campanha realizada por entidades e lideranças negras de várias cidades do país. Todo esse processo ganhou as páginas da imprensa carioca na época (ABREU e DANTAS, 2020).

Ao longo de sua carreira, o discurso de Monteiro Lopes apareceu na imprensa de diferentes formas. Nesse artigo, buscamos identificar e analisar os marcadores raciais utilizados para representar o discurso desse homem negro, isto é, como o racismo ganhou expressão na materialidade da língua presente nos documentos selecionados.

Para sustentar teoricamente este trabalho, operamos com Análise de Discurso (doravante AD) destacando alguns autores emblemáticos do campo, como Gadet e Pêcheux (2004) Pêcheux (2014) e Orlandi ([1986] 2012; 2007).

Pêcheux e Gadet (2004) trazem uma discussão sobre o real da língua proposta por Jean Claude Milner em “O Amor da Língua”, que tem a ver com a ordem da língua, ou seja, está nas estruturas gramaticais que são possíveis dentro da língua (nos referimos à questão das elipses, das inversões sintáticas, as variações que determinam as possibilidades da língua), e o real da história, mostrando que existe dentro de uma complexidade contraditória.

² Na época não havia justiça eleitoral independente. Os deputados da legislatura anterior apuravam os votos e empossavam os novos eleitos.



A questão da ordem da língua inscreve-se na contradição entre a ordem da própria língua, imanente à estrutura, e uma ordem que vem de fora, apontando para um “real da língua e real da história”. O real trabalhado por Pêcheux (2012) como “real sócio-histórico”, é da ordem dos processos e das práticas sociais, das condições de produção dos discursos. Logo, não há como denegar a história, porque é ela que circunscreve as condições que se realiza a prática do sujeito falante.

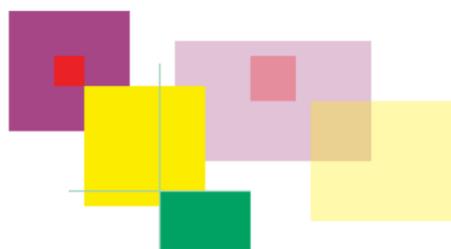
Assim, compreendemos que os meios jornalísticos hegemônicos elaboraram discursos sobre Monteiro Lopes, menosprezando suas lutas/reivindicações e construindo, através da língua/discurso, uma “deslegitimação” do fazer político do deputado. A base da língua para a elaboração do discurso movimentava sentidos que evidenciam o real da língua e o real da história, através das escolhas lexicais, dos fenômenos fonológicos e morfológicos próprios ou semelhantes da população negra sem educação formal, além do jogo de tensão entre paráfrase e polissemia, estabelecida entre negros e brancos na maior parte dos arquivos aqui selecionados.

Ainda em AD, um conceito basilar é o de Formação Discursiva:

(...) aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

Desta forma, as palavras, expressões, proposições somente ganham sentido dentro da formação discursiva dos sujeitos locutores. Tais questões, que giram em torno da historicidade e das condições de produção dos discursos, são essenciais para a compreensão dos sentidos que circulavam nas fontes históricas analisadas. Como indicou Henry (2014), a história é história porque os fatos do passado reclamam sentidos.

Importante apontar ainda que para AD o conceito de discurso é “efeito de sentido entre locutores” (Pêcheux, [1975] 2009) isso significa que o discurso pode ter diversas materialidades significantes (escrita, oralidade, imagens, silêncio, etc.) e que os locutores não possuem o controle do sentido, mas precisam ter a ilusão de que o que dizem/escrevem/entre outros vai chegar ao outro locutor com a intenção do sentido que querem dar. Por isso, se postula que o sentido sempre pode ser outro e que é histórico.



E é nessa direção que operamos a análise nos textos selecionados. Quais sentidos estavam em disputa no pós-abolição? Como o discurso racista operou como um mecanismo de exclusão? Que conflitos estavam postos ao se buscar propagar na imprensa a imagem de Monteiro Lopes – que na maior parte do tempo em que foi vereador e deputado, foi o único político negro nessas casas legislativas – como um homem iletrado, servil, sem propostas políticas minimamente consistentes, com gestos exagerados e inadequados? De que modo sujeitos letrados negros como Monteiro Lopes foram colocados no lugar do “não ser”, ao buscarem a (re)construção do seu “ser” (CARNEIRO, 2023) após o fim da escravização? Parece que as formações discursivas dos veículos midiáticos davam vazão ao discurso racista do pós-abolição. Por sua vez, Monteiro Lopes apresentava uma formação discursiva progressista e antirracista, uma vez que dava vazão a denúncias de discriminação racial, a uma agenda de reivindicação de ampliação de direitos e participação política, especialmente para a população negra, mas também para trabalhadores brancos pobres.

Marcadores raciais no discurso da imprensa

Para analisar como esse discurso racista operou no pós-abolição em alguns meios da imprensa, fizemos um recorte de quatro textos publicados no Rio de Janeiro entre 1906 e 1910 nas revistas *O Malho*³ e *FonFon*⁴, enquanto do jornal *Cidade do Rio*⁵ utilizamos, para contrastar, um discurso feito pelo próprio Monteiro em 1902 na ocasião da celebração do dia 13 de maio, data então celebrada como marco do fim da escravização. O primeiro texto a ser analisado foi publicado na revista *O malho* e combina aspectos verbais e não verbais.

³ *O malho* era uma revista ilustrada e semanal fundada no Rio de Janeiro por Crispim do Amaral em 1902. O carro chefe da revista eram caricaturas, crônicas e sátiras da política. Deixou de circular em 1954 (DEPR, FGV, s/d).

⁴ A *Fon Fon* era uma revista ilustrada semanal fundada por Jorge Schmidt no Rio de Janeiro em abril de 1907, e extinta em agosto de 1958. Tinha como personagem principal um chofer *FonFon*, o que reforçava a ideia de uma publicação identificada com os valores de uma dada modernidade. Seu repertório incluía o cotidiano carioca, literatura, cinema, sátira política, crônica social e etc. (DEPR, FGV, s/d).

⁵ O jornal *Cidade do Rio* foi fundado em 1887 por José do Patrocínio como um espaço de luta pela abolição. Após a Lei Áurea, passou a tratar de questões políticas e sociais que assolavam a sociedade. Editado no Rio de Janeiro, era diário e circulou até 1902 (SODRÉ, 1999).

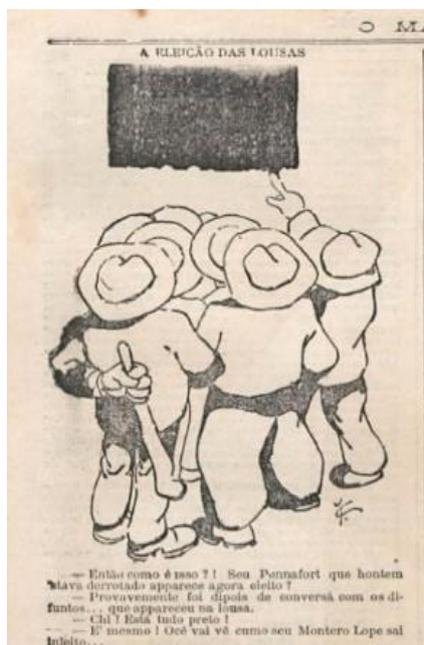
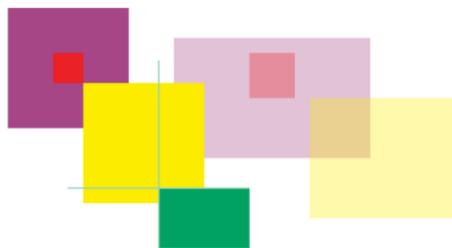
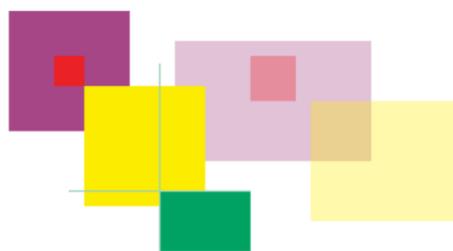


Figura 1 – Revista O malho, 10/02/1906.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O texto aborda o tema da eleição para deputado federal na Capital, em 1906, uma das quais Monteiro Lopes perdeu. Os homens que estão vendo o quadro parecem não possuir educação formal e isso parece evidência em função do modo com que usam a linguagem, não seguindo os padrões formais da língua, além de terem vestimenta simples, o que nos dá pistas sobre quem está representado nesse desenho: são capoeiras, homens negros, em geral, pobres, que eram cabos eleitorais e atuavam nos dias de eleição, além de serem alvos da repressão policial. Os chapéus de abas largas meio amassados, as calças largas e o porrete eram símbolos emblemáticos desses sujeitos presentes nas eleições da Capital Federal, especialmente entre o fim do século XIX e início do século XX (DIAS, 1997). Aproximar Monteiro Lopes deles significava, naquelas condições de produção, associá-lo à desordem, à violência e à vadiagem – representações que as elites (brancas) tinham desse grupo social e da população negra em geral, o que os desqualificavam para a participação política dotada de institucionalidade e de racionalidade. A raça – que funciona como um marcador social da diferença/inferioridade dos negros - na parte não verbal do texto, surge combinada a outro marcador, o da classe social. É na intersecção desses dois marcadores, associados à ironia, que o efeito de sentido da inferiorização é amplificado.



Destacamos ainda o trocadilho feito entre os homens sobre a eleição de Monteiro Lopes. Um deles percebe que o quadro é preto: “Chi! Está tudo preto!”, e o outro homem responde: “É mesmo! Oê vai vê cumo seu Monteiro Lopes sai inleito...”. Esses são marcadores raciais que indicam que há um reconhecimento racial que opera entre a cor da lousa (preta) e a cor de pele de Monteiro Lopes (também preta); que sua eleição seria obra da coerção violenta exercida por capoeiras nos dias de votação. Ao colocar no mesmo nível simbólico, objeto e ser humano – lousa e Monteiro Lopes – há uma tentativa de destituí-lo do lugar de um político legitimado pelo voto, como qualquer outro deputado branco. Afinal, ele era uma liderança que, diante da ameaça de discriminação, racializou seu discurso político mobilizando seus eleitores e apoiadores, tirando o racismo do silêncio, algo que contrariava⁶ a ideologia racista dominante no país. A formação discursiva (doravante FD) de Monteiro Lopes era diferente da FD desses veículos de comunicação à época, enquanto ele tinha uma visão mais progressista da inserção dos negros na sociedade, a FD desses veículos da imprensa operava no imaginário dos sujeitos leitores como os negros eram perigosos, haja vista a relação que o deputado teria com capoeiras (linguagem não verbal). Há nesse processo do jogo entre figura e fundo, um funcionamento do discurso racista que visava destituir essas posições ocupadas pelo deputado negro no espaço público. Há uma tensão entre a revista e a representação do Monteiro Lopes, ou seja, as formações ideológicas, que se caracterizam por serem forças em confronto com outras na conjuntura ideológica de uma determinada formação social. Formação essa que se caracteriza em um sujeito negro letrado ascendendo na política e uma sociedade racista no pós-abolição que opera na maioria dos meios de comunicação da época, como na revista *O Malho*.

⁶ Para Michel Pêcheux, o discurso materializa o ideológico, tese esboçada, mas não desenvolvida, por Louis Althusser. Pêcheux ([1975] 2009) esclarece essas reflexões quando afirma que a língua é a base de processos discursivos que se inscrevem em relações ideológicas de classes.

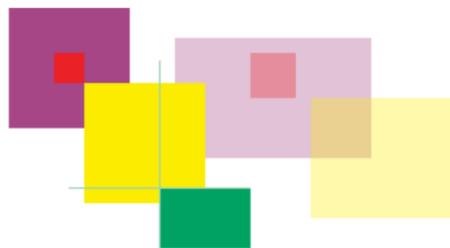
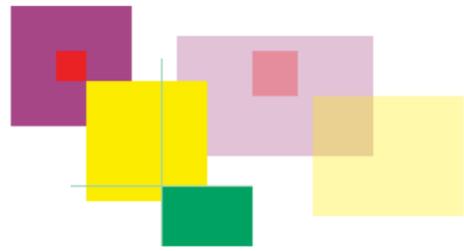


Figura 2 - Revista *FonFon*, 29/03/1909.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O aspecto que logo chama a atenção, tanto na figura 1 quanto na figura 2, é a combinação entre a linguagem verbal e a linguagem não verbal, operando o funcionamento discursivo, mantendo a formação ideológica dos locutores (no caso, as revistas e o Monteiro Lopes). Há um destaque para a postura curvada de Monteiro Lopes, ainda que a entrevista o identificasse no título como Doutor, como era habitual chamar os bacharéis em Direito. O que gera o efeito de sentido ainda mais irônico em relação ao conteúdo da (suposta) entrevista. Como nos lembra Orlandi ([1986] 2012), “A ironia é um, mas certamente existem vários modos de significar que constituem esse processo linguístico de destruição do sentido.”. O que os meios de comunicação faziam ao deputado era buscar destruir a possibilidade de ascender como uma liderança entre aqueles que poderiam ter uma identificação com seu discurso.

Ao conferir destaque ao processo eleitoral, o repórter demonstra interesse em querer saber o que ele, como deputado, fará na Câmara, isto é, a sua agenda política. De acordo com a entrevista, Monteiro Lopes afirmou não ter programa, mas que pretendia fazer muita coisa, o que sugere que ele seria igual a todos os políticos comprometidos com as oligarquias e as fraudes. A sua luta por direitos sociais, políticos e civis, a politização da raça e do racismo que ele empreendia entre seus apoiadores e eleitores são apagados do seu agenciamento

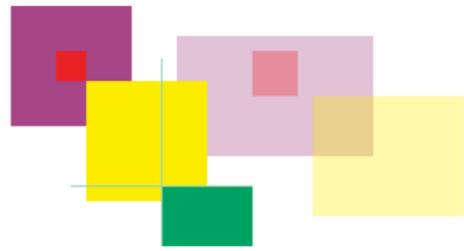


político. Além disso, o “fazer muita coisa” é reduzido a uma série de jogos semânticos que colocavam em relevo de modo chistoso a sua raça: claro versus escuro, branco versus preto, operando com associações pejorativas que inferiorizavam o negro e buscavam promover comicidade. Todo o diálogo é perpassado a qualificativos racializados, materializados em metáforas que desconstroem o programa político de Monteiro Lopes.

O primeiro ato seria pedir à Mesa (referência ao órgão responsável pela direção do trabalho legislativo) para abrir mais janelas na Câmara. O repórter dá prosseguimento à entrevista com “Mais janellas...”; “Sim, quero ver, ali, tudo claro”. Depois, falou sobre suprimir o voto em branco e colocar uma condição para prorrogar o prazo de contrato das loterias, se não houver bilhete em branco. Interessante notar que há conflito entre a ideia de “branco”, camuflada entre voto e bilhete, e negro. Essa oposição simbólica sustenta-se justamente porque Monteiro Lopes usou como estratégia - ao tentarem impedi-lo de assumir o cargo para o qual havia sido eleito por ser negro – racializar a mobilização política pela sua candidatura e expor quem tentava excluí-lo da Câmara publicamente.

Por fim, a análise da parte verbal: Monteiro Lopes diz que, se não conseguir aprovar suas propostas, mandaria a Câmara à “preta dos pastéis de Santa Clara”, mais uma vez, nesta parte da entrevista, o autor faz a oposição negro versus branco. A ideia do negro associada à “preta dos pastéis” - que é uma referência às mulheres que vendiam alimentos na rua, em geral, africanas – em oposição à Santa Clara – padroeira dos cegos, numa alusão aos cegos verem “tudo preto” – mais uma vez reforça o jogo entre preto versus branco, construindo uma unidade semântica jocosa e pejorativa em torno da cor da pele de Monteiro Lopes e do seu lugar (ou não-lugar) em uma instituição sob o controle das elites oligárquicas e brancas.

Já na parte não verbal do texto, destacamos a materialidade que se coloca nos três desenhos que compõem a entrevista. Podemos perceber que nas duas primeiras imagens destacadas, a figura que representa o Deputado Monteiro Lopes, com a cor preta, está curvada, inclusive, na segunda há uma inclinação em relação ao repórter branco. Souza (2001b), fazendo uma análise da imagem na mídia, sugere que: “(...) uma imagem não produz o visível; torna-se visível através do trabalho de interpretação e ao efeito de sentido que se institui entre a imagem e o olhar” (SOUZA, 2001, p. 73). Assim, a pesquisadora aponta que a leitura de uma imagem é diferente da leitura de um texto, uma vez que o primeiro é



multidirecional e, o segundo, é linear, respeitando uma ordem; e que a leitura está relacionada à cultura, ao social, ao histórico, com as formações sociais dos sujeitos.

Desta forma, a nossa leitura de que as imagens acima revelam um tom racista e inferiorizante pode ser adensada, porque era a ideologia que era reforçada diante da presença de um político negro na Câmara. E isso se dá também na terceira imagem, em que a figura do deputado aparece sentada na cadeira de maneira informal e despreziosa – com um dos braços na parte de trás da cadeira, e o outro apontando o dedo indicador para o rosto do repórter –, enquanto o repórter está sentado de forma ereta, mais contido e com as mãos sobre os joelhos.

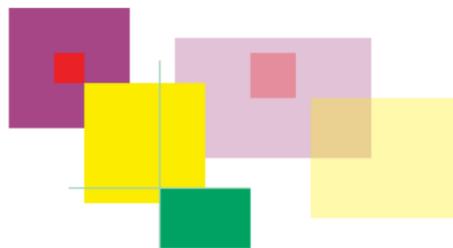
Ao longo de toda a entrevista, os contrastes – preto versus branco; claro versus escuro; contido versus não contido; e dominado versus dominante (esse último, através da interpretação das imagens) – se fazem presentes. Tais conflitos colocados pela revista, movimentam sentidos, cujos significados estão, evidentemente, inscritos num dado tempo e num dado lugar: o pós-abolição na Capital do país. Souza (Idem), ao formular o conceito de Policromia, propõe que a imagem não só está passível de interpretação, como também apresenta marcas, da mesma forma que os textos verbais:

O documento de imagens também tem na sua constituição marcas de heterogeneidade, como o implícito, o silêncio, a ironia. Marcas, porém, que não podem ser pensadas como vozes, porque analisar o não verbal pelas categorias de análise do verbal implicaria na redução de um ao outro. Nesse caso, por associação ao conceito de polifonia, formulamos o conceito de policromia (...) buscando analisar a imagem com mais pertinência (SOUZA, 2001, p. 80).

O que está posto nesses conflitos? A qual público esses periódicos estão se direcionando? Para quem esse plano discursivo-ideológico está funcionando? Essas perguntas nos colocam no terceiro nível de análise: a ironia na linguagem.

Nos dois textos analisados, o recurso à ironia é essencial para os efeitos de sentido produzidos. Esse efeito foi (des)construído a partir de como esse deputado negro teria ideias políticas sem consistência e originalidade, além de um gestual ridículo, ao tentar parecer branco ao se eleger deputado.

De acordo com a pesquisadora Eni Orlandi, a ironia pode servir para deslegitimar a fala/imagem de alguém, assim como silenciar a respeito do racismo, como podemos perceber abaixo:



(...) Para o sujeito falante, a ironia pode ter finalidades mais ou menos “nobres”. O sujeito falante pode usar a ironia para romper o estabelecido, ou para evitar que isso aconteça; para dar a palavra outrem ou para impedi-lo de falar etc. Mas qualquer que seja sua finalidade prática, ele estará operando, no nível do funcionamento da linguagem e de seus processos de significação, com a ruptura e a dissonância (ORLANDI, [1986] 2012, s/p).

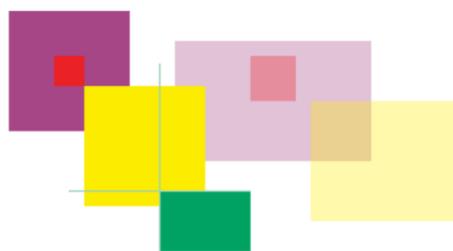
A ideia de falante também abarca o funcionamento do nível escrito e imagético, ainda que a autora destaque quem fala, esse movimento se espraia para diversas formas de linguagem. A ironia é uma estratégia discursiva que pode ser utilizada para produzir conflito entre sujeitos, forjar discursos, etc. A partir dessa perspectiva, podemos problematizar: o que esse forjamento de identidade e de linguagem sobre o político negro buscava afirmar e negar? Decerto, enquadrá-lo por ter ousado sair da lógica da supremacia branca da época, que o associava a um ser embrutecido/subserviente – uma expressão dos conflitos das formações ideológicas da época. Esse argumento ganha mais respaldo quando observamos a seguinte imagem:



Figura 3 – Revista *O malho*, 03/09/1910.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A viagem a qual o texto faz referência foi feita por Monteiro Lopes em 1910 à região norte do Brasil, segundo ele, para estudo da situação das fronteiras e alfândegas do país.

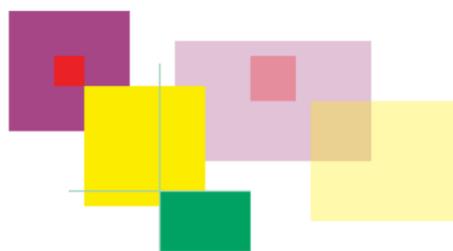


Posteriormente, apresentou as informações colhidas e um projeto de lei sobre o tema no plenário da Câmara Federal (Cf. BRASIL, 1910).

Podemos perceber que o personagem denominado “Zé Povo” é uma pessoa branca, com roupas simples, chapéu de palha e sapatos. Já a figura do deputado aparece de forma volumosa em suas dimensões, como um *blackface*, com muitas bagagens e dois animais (um pássaro e um macaco). Os animais funcionam como um operador discursivo que identifica para o leitor a região norte (está escrito Acre e Rio Negro na mala) e o aproxima, como político, da figura de um pirata. Para além do contraste social indicado pelas vestimentas, o desenho enfatiza imagetivamente os dois personagens em conflito. Já a aparência de *blackface* – originalmente estadunidense, com olhos e boca exagerados, remetia a estereótipos depreciativos que associavam, nos palcos, os negros à infantilidade e à ignorância por meio do ridículo e do riso (ABREU, 2015).

Na parte verbal, Zé Povo interpela o deputado ao dizer que ele “está fazendo obra de branco: passeiando, divertindo-se, ganhando o meu rico dinheiro, sem ir à Câmara, sem trabalhar...”. Ao passo que Monteiro Lopes, nesse texto, também com uma linguagem não formal, responde: “(...) Entences ieu não sou gente? (...) Os branco não pintaram o sete com os preto? É justo que os preto se divirtam agora à custa dos branco.” Há aqui duas FDs que entram em conflito (Pêcheux, 2009): de um lado Monteiro Lopes, “o negro que se aproveita das coisas públicas”, do outro, o branco pobre que também sofre com as mazelas derivadas da dominação pela mesma classe social, detentora dos bens de produção e do capital: as oligarquias cafeeiras e suas frações no poder. Ambos sujeitos sofrem com a desigualdade, um por ser pobre, o outro por ser negro, mas o funcionamento que ocorre nesses periódicos é do negro que usufrui dos privilégios como deputado, gerando assim mais divisão numa luta que poderia ser coletiva.

Monteiro Lopes aparece como aquele que deseja ser como qualquer político (branco), numa espécie de revanche desprovida de solidariedade e apreço pelo bem comum/coisa pública. Aqui o embranquecimento é chamado ao discurso de modo irônico e invertido. Afinal, Monteiro Lopes não reivindicava a igualdade entre brancos e negros? Que os negros tivessem o mesmo status dos brancos e recebessem o mesmo tratamento, na prática? E afirmava ser contra as oligarquias e seus esquemas? Seguindo essa lógica, um político negro ser tratado e considerado como branco, significaria, ironicamente, ser aproveitador e se importar pouco

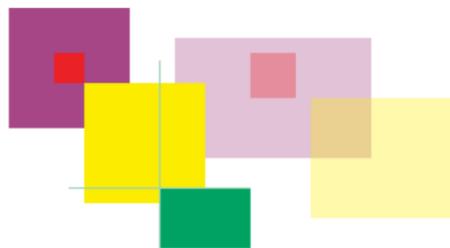


com o bem comum. O que o deslocava de suas posições políticas publicamente assumidas, inclusive, em oposição aos esquemas oligárquicos, ainda que por dentro dos seus meandros.

Há uma promoção por parte dos jornais e das revistas em “dizer pelo” deputado, e dessa forma, silenciá-lo enquanto sujeito político que defendia as bandeiras já indicadas aqui. Isso ocorre quando se colocava Monteiro Lopes no lugar daquele que queria desfrutar do dinheiro público para viajar ao seu bel-prazer, com a justificativa de que, já que os negros sofreram por conta da escravização, agora poderiam desfrutar desse privilégio - uma espécie de deboche da mobilização política racial que promovia.

Paralelamente, no início do diálogo, Monteiro Lopes pergunta se ele não é gente para o Zé Povo. Uma pergunta emblemática, porque denuncia como alguns mecanismos da discriminação racial eram movimentados sutilmente na sociedade brasileira naquela época. Da forma como está operando no texto, ratifica-se a ideia de que o político negro gozava, como parlamentar, do privilégio de viajar às custas do povo com dinheiro público, ao invés de trabalhar para o bem comum, como todo político deveria fazer (mas não fazia), independente da raça. Assim, Monteiro Lopes seria apenas mais um político corrompido, como todos os outros. O jornal fazia, dessa maneira, o trabalho de antagonizar sujeitos da mesma classe social: os negros e os brancos pobres, sujeitos com a mesma formação discursiva – classe trabalhadora, mas com formações ideológicas distintas, porque ser branco pobre é diferente de ser negro pobre, principalmente nas condições de produção do pós-abolição. Para Pêcheux e Fuchs ([1975] 2010) no materialismo histórico, lugar onde Pêcheux se ancorou para formular sua teoria, os Aparelhos Ideológicos de Estado (como sistema político e imprensa, por exemplo) são lugares onde se dá a luta de classes e destacam que as posições políticas e ideológicas em confronto nesse embate organizam-se em formações denominadas formações ideológicas, as quais mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação.

A ironia que aparece nos textos analisados produz efeitos de sentidos de rechaço à figura de Monteiro Lopes, o que não pode ser compreendido fora da historicidade da sua origem e atuação política, ou seja, das próprias condições de produção desse discurso e dos seus processos discursivos. Identificamos que o tom racista não é explicitamente violento nem utiliza palavras impróprias, pelo contrário, usam do refinamento linguageiro para arquitetar que o único político negro atuante fosse deslegitimado, podendo contribuir para a construção



de não identificação com a sua figura. Podemos compreender esse mecanismo de discriminação racial de acordo com Brait:

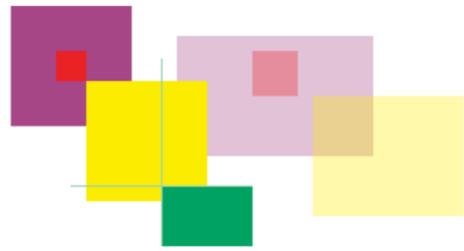
Isso não significa que a ironia serve unicamente a propósitos nobres. Nada impede que um documento irônico tenha por função manipular e conquistar a adesão de seus leitores para causas menos dignas, como acontece com os discursos racistas, por exemplo (BRAIT, 2008, p. 140).

Depois das análises dos discursos racistas, seja forjando a linguagem e a identidade do Monteiro Lopes, ao atribuir falas dissonantes da forma como ele se expressava e daquilo que ele propunha; seja apresentando as contradições colocadas em sociedade entre negros e brancos, com a intenção de silenciar o discurso do parlamentar, buscando fazer circular o imaginário sobre os negros como pessoas: preguiçosas, aproveitadoras, oportunistas e em quem não se deveria confiar. Assim, mesmo sendo letrado e estando numa posição de poder como parlamentar – e, no fundo, exatamente por isso – foi alvo desse tipo de discriminação.

É importante destacar que a simulação de que Monteiro Lopes se expressava por meio da “língua de preto”⁷ foi um recurso discursivo utilizado recorrentemente na época. Aliás, revistas ilustradas como *Careta*, *O Malho* e *FonFon* pautaram muito o tópico Monteiro Lopes (DANTAS, 2011) e utilizaram bastante esse tipo de construção caricata, que conjugava ironia, sarcasmo, humor, traços linguísticos que desaguavam no discurso racista. Modesto (2021), ao afirmar que o discurso racializado não aborda apenas questões raciais, apontou:

(...) um discurso racializado, em minha perspectiva, dá conta de um funcionamento discursivo atravessado pela memória dos processos sociais e históricos de racialização os quais se manifestam não apenas nos dizeres e imagens específicos de/sobre raça, mas também nos dizeres e imagens que dissimulam seu atravessamento racial, apesar das condições sociais e históricas de uma formação social capitalista e de origem colonial nas quais se inserem (MODESTO, 2021, p. 9).

⁷ Sabemos que as denominações, conceituações e debates em torno das especificidades da língua portuguesa utilizada pela população negra ao longo do tempo são complexas e envolvem estudiosos de diferentes áreas, como Lélia González (1984) – antropóloga que cunhou o termo “pretoguês” – e Tania Alckmin (2008), – linguista, que adota o termo “língua de preto”. Em função dos limites desse artigo não iremos problematizar esse debate, cabendo, contudo, assinalar que, parte importante da imprensa carioca no pós-abolição, utilizou, de modo caricato, de um “falar iletrado” como um marcador racial para deslegitimar lugares de poder conquistados por pessoas negras como Monteiro Lopes.



Por isso, supomos que os autores desses textos e os editores desses periódicos projetavam um sujeito leitor-alvo que tivesse cumplicidade com esses discursos, sem o que esse investimento não faria sentido, não teria ressonância ou adesão. Entretanto, como veremos mais adiante, é possível encontrar a materialidade do discurso do próprio Monteiro Lopes em outros documentos também na imprensa.

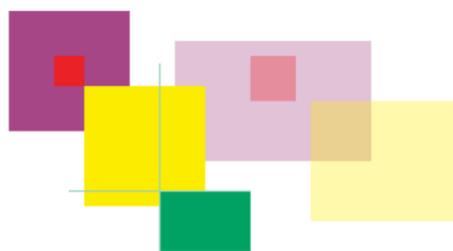
Ao ter o seu mandato ameaçado por ser negro, a estratégia de Monteiro Lopes foi tornar explícita a discriminação racial de que estava sendo alvo e denunciar a precariedade da liberdade que atingia a população negra (CHALHOUB, 2011). E, assim, contrariou os mecanismos de dominação das elites oligárquicas, baseados em uma complexa ética do silêncio, caracterizada por

(...) um compromisso profundamente enraizado e estratégico (...), que abarcava os sonhos de real igualdade ao mesmo tempo em que reafirmava preconceitos raciais (...), [tornando-se] (...) uma zona de compromisso em que o preconceito profundo poderia existir sem provocar resistência política (FISHER et al., 2018, p. 177).

Por isso, compreendemos que esse forjamento discursivo sobre Monteiro Lopes estava diretamente relacionado à própria forma como o racismo e as hierarquias sociorraciais estavam estabelecidas naquele tempo.

Os dois documentos apresentados a seguir adensam a nossa argumentação, pois fazem sobressair o real da história. O primeiro documento é a transcrição de um discurso feito por Monteiro Lopes na celebração do 13 de maio de 1902 e, o segundo, é uma fotografia sua dentro do plenário da Intendência Municipal (atual Câmara de Vereadores) na ocasião em que fiscalizava a apuração dos votos que recebeu nas eleições de 1909. Segue a transcrição do discurso de Monteiro Lopes:

O ilustre advogado negro vem hoje, como em todos os aniversários do 13 de maio, abrir o coração entre seus irmãos. “Nem tudo está feito, apesar da grandeza da data, em cuja comemoração se associam todas as raças do Brasil. A escravidão acabou; a tempestade passou é certo, mas ao captivo sobreviveu o preconceito de côr, que a ressaca da escravidão (prolongados aplausos). Para essa nova companha, concita as dedicações que se immortalisaram na campanha abolicionista e principalmente do general do 13 de maio, José do Patrocínio. É preciso acabar de dissipar de todo a treva, em que a sociedade taceia, a noite do preconceito, que não deixa ver a pureza o clarão de fraternidade que o 13 de maio anunciou. À raça negra não foi restituído integralmente o direito que ella tem à vida social: o preconceito ahi está ainda a



fechar-lhe o caminho da igualdade. O que faz com que não se sinta o mal que opprime ainda a raça sofredora é essa força a que se referiu sr. Sabino Junior; meu amigo e companheiro, desde o tempo da República de estudantes negros de Recife: a resignação. Seja com essa arma, seja pela fria conquista do direito, o que é preciso é impedir que o preconceito rasgue a página gloriosa do 13 de maio, realizando sobre os espíritos as torturas que a escravidão já não pôde exercer sobre a matéria” (CIDADE DO RIO, 15/05/1902, p. 1).

Excetuando-se a ortografia da época, evidenciamos com esse discurso que Monteiro Lopes, além de ter uma boa eloquência, utilizava com desenvoltura a norma culta da língua vigente da época. Percebemos isso pelas concordâncias, verbais e nominais (“as dedicações que se immortalisaram na campanha abolicionista”; “os espíritos astorturas”, etc.), pelo uso de metáforas muito usuais à sua época, que, ao mesmo tempo em que reflete sobre as condições de ser negro para o público ouvinte, demonstra um recurso estilístico elaborado (“a tempestade passou é certo” “É preciso acabar de dissipar de todo a treva, em que a sociedade tacteia, a noite do preconceito”, etc.). Além do tom emocionado e contundente, que provocou aplausos na plateia.

Ao analisar os conflitos e as tensões raciais daquele tempo inscritos na língua(gem), nos deparamos com um discurso fictício forjado pela imprensa e outro discurso do próprio Monteiro Lopes. O discurso forjado do deputado não era simplesmente uma piada, mas um mecanismo enraizado naquela sociedade para que ele – e outros que ousassem da mesma forma – tivesse a sua mobilidade social, seu reconhecimento público e lugar de poder interditados.

A fluência de Monteiro Lopes na modalidade formal da língua portuguesa pode ser amplamente comprovada em um conjunto variado de documentos, incluindo produção literária.⁸

⁸ Cf. “Crime de Vanderblit”. *Jornal do Recife*, 29/11/1896; “Club Litterário 19 de Maio. *Jornal do Recife*, 22/07/1897; Núcleo artístico abolicionista”. *Jornal do Recife*, 01/03/1888; “Fomos obsequiados ...”. *Jornal do Recife*, 16/07/1889; “Recebemos o fascículo”, *Jornal do Recife*, 24/07/1889; “Grêmio José Bonifácio”, *Jornal do Recife*, 11/09/1892; Discursos de Monteiro Lopes publicados nos jornais *Correio do povo*, de Porto Alegre, e a *A opinião pública de Pelotas*, entre 22 e 25 de janeiro de 1910, disponíveis para consulta na HDBN. “Carta de Monteiro Lopes ao Presidente Marechal Floriano Peixoto”, 09/03/1892, *Fundo Floriano Peixoto*, Arquivo Nacional. *Telegramas enviados por Monteiro Lopes a Rui Barbosa entre 25-08-1909 e 27-08-1910*/Arquivo RBD, Casa de Rui Barbosa. *Habeas Corpus impetrado por Monteiro Lopes em nome de Luís Timóteo Gonzaga*/1905, Arquivo Nacional.

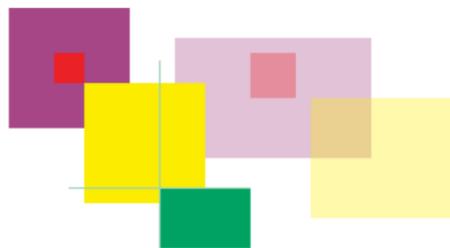


Figura 4 - Revista *O malho*, 13/03/1909.

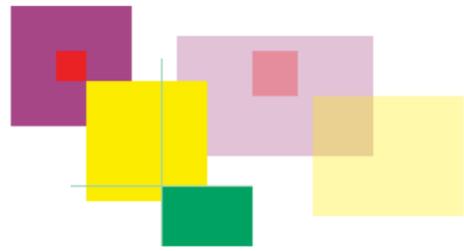
Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

No campo da linguagem não verbal, a imagem 4 é uma fotografia do salão do Conselho Municipal, tomado por deputados brancos trabalhando na apuração dos votos da eleição de 1909. Monteiro Lopes aparece no centro da imagem e o é único negro no recinto. A imagem por si só já evidenciaria a discrepância de poder e representatividade entre brancos e negros no parlamento, além de demonstrar a memória discursiva como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente, o já-dito que está na base do dizível (PÊCHEUX, 2009), nesse caso, de ser visto, porque a fotografia e a legenda fazem circular o sentido do negro enquanto marginalizado, mesmo tendo conseguido ser eleito; a memória, dessa forma, não é apenas do dizer, mas também do não se deixar tornar visível uma figura negra ilustre.

Como Souza (2001) postula, a relação entre imagem e palavra é um processo que não está dado, é construído. Conseguimos observar essa construção entre a foto e a legenda. Na foto, como podemos perceber, Monteiro Lopes está de pé, fiscalizando a contagem de votos. Na legenda:

Sobre a clara folha de uma porta destaca-se naturalmente a figura fortemente sombreada do Dr. Monteiro Lopes, que, calmamente, apresenta suas reclamações, antes de ter a certeza que ficaria collocado em 4º lugar e, portanto, eleito deputado (...) (O MALHO, 13/03/1909).

Mas, por que sua presença “naturalmente sombreada” vem acompanhada do advérbio “calmamente”? Por que essas características foram ressaltadas? O que seria uma “figura sombreada”? Há nessa escolha de adjetivo um gesto que gera um efeito de sentido de

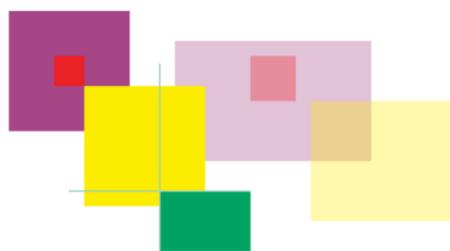


desumanizar: não é um homem, um advogado, um candidato, é uma figura, que poderia ser ilustre, mas é sombreada – um qualificativo racial. Entendemos que “Calmamente”, nessas condições de produção, é uma alusão irônica às crescentes tensões raciais que, então, Monteiro Lopes e suas bases políticas fizeram emergir em reação à ameaça de que ele não fosse diplomado deputado por ser negro (DANTAS, 2011).

Portanto, os textos analisados são pontos de deriva que possibilitam a compreensão de uma das faces da discriminação racial experimentada por Monteiro Lopes e suas bases, focando, principalmente, na materialidade da língua, mas chegando no discurso em várias ordens – língua, imagem, ironia.

Conclusão

Demonstramos que os marcadores raciais utilizados nos discursos ficcionais para representar o discurso de Monteiro Lopes remetem a estigmas inferiorizantes, que o associavam ao imaginário racista do negro embrutecido e subalternizado. Nessas condições de produção do pós-abolição, parte importante da imprensa o colocou no lugar da ignorância, do ridículo, da desumanização. Negavam a ele sua capacidade intelectual; buscavam interditar a sua enunciação como intelectual e político negro. “(...) Um homem em silêncio é um homem sem sentido” (ORLANDI, 2007, p. 34). É assim que compreendemos a emulação do discurso de Monteiro Lopes. Identificamos que, em parte da imprensa carioca, Monteiro Lopes “não fala”, mas “é falado”, tal qual apontou Orlandi, ao problematizar a questão dos indígenas, que nos documentos produzidos pelos donos do poder, “não falam”, mas “são falados”, sendo reduzidos à retórica colonial (idem). Com Monteiro Lopes ocorreu um fenômeno semelhante: ele “foi falado” da forma como demonstramos para que não significasse para além dos sentidos fixados sobre os negros no discurso racista da época. Silenciar nesse caso não significava calar, mas dificultar/impedir que outro discurso sobre os negros fosse sustentado. Trata-se do que Orlandi (2007) denominou de política de silêncio, mais especificamente relacionada à forma do silêncio constitutivo, ou seja, não é a ideia de censura, mas é a promoção do dizer “x” para não (deixar) dizer “y”: “Com efeito, a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2007, p. 73).



Em contextos marcados pelo colonialismo, políticas de silêncio buscaram confinar os negros no lugar do “não ser”, tencionando demarcá-los naquela estrutura de poder (CARNEIRO, 2023). Contudo, nesse processo de produção de sentidos sobre os negros após o fim da escravização, Monteiro Lopes e suas bases políticas se empenharam em fazer circular outros sentidos que não aqueles prescritos no discurso racista da época.

Referências bibliográficas

ABREU, M. O legado das canções escravas nos Estados Unidos e no Brasil. **RBH**, v. 35, nº 69. São Paulo: ANPUH, 2015.

ALKMIM, T. Falas e cores: um estudo sobre o português de negros e escravos no Brasil do século XIX. In: CARMO, L.; LIMA, I.S. (orgs). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: FCRB, 2008.

BRAIT, B. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: UNICAMP, 2008.

BRASIL. **Anais da Câmara Federal**. Distrito Federal, 1910.

BUTLER, K. D; DOMINGUES, P. **Diásporas imaginadas**. São Paulo, Perspectiva, 2020.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**. Rio de Janeiro, Zahar, 2023.

CERQUEIRA, F. Et al. Repense e a urgente demanda negrolinguística. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, nº 23 (2), 2022.

CHALHOUB, S. The Precariousness of Freedom in a Slave Society Brazil in the Nineteenth Century. **IRSH**, vol. 56, n. 3. Cambridge: CUP, 2011.

DANTAS, C. Monteiro Lopes (1867-1910), um líder da raça negra na capital da república. **Afro-Ásia**, v. 41, Salvador: UFBA, 2011.

DANTAS, C. “Entre festas e discursos: racialização e politização da questão racial nas viagens de Monteiro Lopes pelo Brasil”. In: VENANCIO. Et al. (Orgs). **Sujeitos na história**. Niterói: EDUFF, 2018.

DANTAS, C. ABREU, M. **Monteiro Lopes e Eduardo da Neves**: Histórias não contadas da Primeira República. Niterói: EDUFF, 2020.

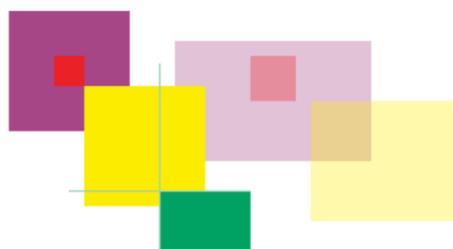
DIAS, L. S. A turma da Lira: sobrevivência negra do Rio de Janeiro. **Revista do IPHAN**, n. 25. Rio de Janeiro: IPHAN, 1997.

Dicionário da elite política republicana (1889-1930). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica> Acesso em: 1º de julho de 2020.

DOMINGUES, P. **Protagonismo negro em São Paulo**. São Paulo: SESC, 2019.

FISHER, B. Et al. Direito, silêncio e racialização das desigualdades na História afro-brasileira. In: FUENTE, A. Et al. (Orgs) **Estudos afro-latino-americanos**. Buenos Aires, CLACSO, 2018.

FUCHS, C.; PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Unicamp, 2010.



GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**. Campinas: Pontes, 2004.

GLEDHILL, S. Travessias no Atlântico Negro: reflexões sobre Booker T. Washington e Manuel Querino. Salvador: EDUFBA, 2020.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **RCSH**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

HENRY, P. A. História não existe? In: ORLANDI, E. P. **Gestos de leitura**. Campinas: UNICAMP, 2014.

MELO, P. Alcides Bahia: o deputado negro que escapou da degola. **3º Seminário Internacional Histórias do Pós-abolição**, UFF, 2022.

MODESTO, R. Os discursos racializados. **Revista Abralín**. V. XX. Nº 2, 2021.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio**. Campinas: Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. Destruição e construção do sentido: um estudo da ironia. **Revista Discursividade**. Nº 9, [1986] 2012.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Campinas: Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: **Gestos de Leitura**. Campinas: UNICAMP, 2014.

PINTO, A. F. M. **Escritos de liberdade**: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas: UNICAMP, 2018.

PINTO, A. F. M. Vicente de Souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro. **EH/FGV**, v. 32, nº 66, 2019.

SILVA, A. L. da. Pela liberdade e contra o preconceito de cor: a trajetória de Israel Soares. **Documento/monumento**, v. 21, 2017.

SILVA, L. S. "O negro nunca foi fraco, imoral ou ladrão": Hemetério dos Santos e as questões raciais no pós-abolição carioca. In: ABREU, M. et al. (Orgs.). **Cultura negra**: trajetórias e lutas de intelectuais negros. Niterói: EDUFF, 2018, v. 2.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

SOUZA, T.C.C. de. **A Análise do não-verbal e os usos da imagem na mídia**. RUA, n. 7, Campinas: São Paulo, 2001.

The Brazilian Review. v. XII, n. 19, Rio de Janeiro, may 11th, 1909.

Submissão: 10/04/2023

Aceite: 03/10/2023